

**JOSÉ LUÍS BRANDÃO
FRANCISCO DE OLIVEIRA
(COORD.)**

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

**IMPÉRIO ROMANO
DO OCIDENTE E
ROMANIDADE
HISPÂNICA**



15. VIDA E MORTE DO IMPÉRIO DO OCIDENTE

Vasco Gil Mantas

Universidade de Coimbra

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

ORCID: 0000-0002-6109-4958

vsmantas@gmail.com

Sumário: Apesar de abalado por crises ao longo do século IV, o Império Romano, parecia em condições de conter o fluxo bárbaro e as disputas interiores, nas quais as questões religiosas iam ganhando protagonismo. Dividido em 395, assiste-se no Ocidente, ao longo do século V, ao desmoronar cultural e ao abandono da maior parte das províncias. O desfecho adiado até 476 foi apenas o culminar de um longo estertor, sobre cujas causas é conveniente uma reflexão contemporânea, sem concessões otimistas¹.

1. A divisão do Império: Arcádio e Honório

No ano em que aconteceu a *Partitio Imperii*, agora politicamente irreversível apesar da continuação de uma aparência de unidade (Rémondon 1970 256-262), Roma vivia, de acordo com cálculo elaborado por Varrão nos tempos felizes de Augusto, há 1148 anos, valor que obriga a evocar os doze séculos predestinados pelo voo das aves avistadas no momento mítico da fundação da Urbe. Embora em 395 o Império Romano parecesse consolidado internamente e capaz de resistir às ameaças externas depois do desastre de Adrianópolis (Petit 1974 141-143), a verdade é que os males de várias espécies acumulados, evidentes após o falhanço do sistema tetrárquico, ele próprio instigador da divisão de cariz monárquico decidida por Teodósio, em breve conduziram a situações menos inesperadas que

¹Trabalho realizado no âmbito do Projeto *Rome our Home: (Auto)biographical Tradition and the Shaping of Identity(ies)* (PTDC/LLT-OUT/28431/2017).

irresolúveis. O que Cícero escreveu, considerando que o Estado só existia nominalmente (Cic. *Rep.* 6.1), quando a República, imperial e sob o poder de militares mais ou menos hábeis, se aproximava rapidamente do fim, encontrou eco, poucos anos antes do desaparecimento político do Império do Ocidente, nas palavras de Salviano (*De gub. Dei* 4.6), bispo de Marselha: “O Estado romano está morto ou moribundo mesmo naquelas áreas em que ainda parece vivo”.

O Império percorrerá, desde a ficção republicana de Augusto, um longo caminho político e cultural, e este último aspeto não é dos menos relevantes no processo que levou ao enfraquecimento da vontade de sobreviver e à incapacidade de controlar as transformações que se foram acumulando. O que sucedeu em 476 foi apenas o epílogo, relativamente benigno quando comparado com outros sucessos do século V, de uma decadência cujas causas se encontram muito atrás (Mantas 2013 117-152; Pereira 2013 11-26). Não é fácil para o historiador, embora talvez o seja mais para o arqueólogo, permanecer imparcial na apreciação dos anos trágicos, e eis-nos de alguma forma a tomar posição, que preludiam a *débâcle* romana no Ocidente. Quer o conceito de decadência, quer o conceito de crise, têm sido alvo de análises críticas desenvolvidas, ainda que com alguma frequência demasiadamente inspiradas por situações contemporâneas de quem as redigiu. Deixaremos para o final algumas observações sobre estas questões, inseparáveis dessa grande discussão que é a de perceber se a queda do Império do Ocidente foi provocada por acontecimentos internos, ou, pelo contrário, se o fim representou apenas um ato de eutanásia perpetrado por forças exteriores (Palanque 1971 121-125; Riché – Le Maitre 1983 28-33). Cremos que a explicação deve passar antes pelo reconhecimento das alterações experimentadas pela sociedade romana durante séculos, com a inevitável mudança de protagonistas, de valores e de mitos (Petit 1974 241-246).

O hispânico Teodósio, cujo tempo de governo foi preenchido por lutas contínuas, sobretudo internas, tomou algumas decisões que podem considerar-se reflexos dos novos tempos, cujo significado se apreende melhor agora do que na época (Friell – Williams 1994), a ponto de alguns historiadores fazerem coincidir o fim do Império Romano com o governo de Teodósio. Para o confirmar bastaria recordar o Édito de Salonica, instituindo o cristianismo católico como religião do Estado, a proibição da celebração dos jogos olímpicos e o estabelecimento dos Godos a sul do Danúbio, agora como auxiliares do exército romano, expressão que cada vez mais se assemelha a um eufemismo. Quanto à divisão do Império, fugazmente reunido entre 392 e 395, apenas concretizou de forma definitiva o que vinha sendo uma prática de tipo dinástico, alheia à velha tradição romana dos cargos colegiais. Mas atenção, se até 395 os cônsules eram escolhidos pelo primeiro Augusto para todo o Império, a partir desta data cada imperador escolhe um (Jones 1964 238-265; Palanque 1971 25).

Os limites entre as duas partes do Império, embora observando *grosso modo* as fronteiras diocesanas da reforma de Diocleciano, oscilaram nos Balcãs, causando graves tensões que conduziram a conflitos militares, o que teve como

resultado algum desfasamento final entre as fronteiras linguísticas greco-latinas, sem atenuar o facto de que o Ocidente é maioritariamente latino como o Oriente é grego, com a agravante da nova capital instituída por Constantino se situar na parte oriental, o que teve consequências. Teodósio, que faleceu em Milão, preparara já a sucessão, instituindo o filho mais velho, Arcádio, como Augusto, em 383, e o mais novo, Honório, em 393. Ao primeiro, então com 17, coube governar o Oriente, enquanto ao segundo, com 11 anos, foi atribuído o Ocidente (Fig.1). A incapacidade de ambos pesou fortemente nos acontecimentos que se seguiram, uma espécie de evolução na continuidade do que pior se vira no século IV (Walbank 1969).



Fig.1 – O Império Romano em 395, após a morte do imperador Teodósio I.

A situação que os herdeiros de Teodósio encontraram não era das mais fáceis, o que não contribuiu para apaziguar conflitos nos Balcãs, que tiveram origem em alterações administrativas verificadas anos antes, que levaram à ocupação das dioceses da Dácia e da Macedónia pelas tropas de Arcádio, prolongando-se o conflito até 401, quando os Godos invadiram o norte da Itália, obrigando a corte de Honório a refugiar-se em Ravena, que será a partir de então a capital do Ocidente, substituindo Milão (Marteli 1981 215-219). Não eram bons os auspícios sob os quais entravam na história os filhos de Teodósio. A favor deles, se quisermos ser condescendentes, o que talvez não caiba aos historiadores, devemos considerar que estes imperadores, pela sua pouca idade, sobretudo Honório, dificilmente poderiam fazer mais que aquilo que os seus tutores desejassem, como

na realidade sucedeu (McEvoy 2013 135-304), tudo se desenvolvendo num ambiente bizantino, no pior sentido do termo.

Arcádio ocupou o trono em Constantinopla entre 395 e 408, ano em que faleceu. O seu reinado não foi feliz e não é bem conhecido (Lot 1968 233; Cameron Long 1993). O seu primeiro tutor foi o franco Rufino, logo eliminado por influência de Estilício, *magister militum* do Ocidente, e substituído por Eutrópio, que se manteve até 399, quando este foi vítima de novas intrigas, envolvendo a facção pró-romana e as forças godas presentes no Império, cuja figura principal era Gainas, que controlou Constantinopla entre 399 e 400, ano em que uma revolta da população levou ao massacre de milhares de Godos, obrigando Gainas a retirar para lá do Danúbio, acabando por ser assassinado. Após o desaparecimento de Eutrópio, o imperador foi dominado pelo prefeito do pretório, Antémio, e pela imperatriz Élia Eudóxia (Holum 1989 48-78), adversária declarada do patriarca João Crisóstomo, num ambiente de intrigas cortesãs, revoltas internas e ameaças nas fronteiras, onde se começa a fazer sentir seriamente a presença dos Hunos, há muito afastados da China pelo seu formidável complexo de fortificações fronteiriças (Altheim, s/d 19-60; Schwartz – Zhewen 2001 205-215).

Arcádio não teve propriamente uma política, pois as grandes decisões foram tomadas por outros e em contexto de oposições mútuas, tendo praticamente desaparecido da vida pública nos seus últimos anos de vida, embora surja como cônsul em 406, talvez devido à morte da imperatriz, vitimada por um aborto espontâneo em 404. No reinado de Arcádio reforçaram-se as medidas contra os dissidentes do cristianismo, assim como contra o judaísmo e o paganismo (Drake 1996 3-36). Em 399 permitiu a destruição dos antigos templos, o que provocou por todo o Oriente uma vaga de devastação insensata (Nixey 2018 135-154), anúncio de um conflito que marcará futuramente a Igreja oriental, a iconoclastia (Grabar 2000). Arcádio construiu um novo fórum em Constantinopla, situado sobre a *Mese*, a avenida da cidade que conduzia do palácio imperial à Porta Dourada, no qual se levantou uma coluna comemorativa da derrota de Gainas (Konrad 2001 319-401), hoje quase desaparecida (Fig.2).

Na política externa devemos distinguir as tentativas de consenso entre as duas partes do Império, o que não impediu a invasão por forças godas do norte da Itália em 401, assim como o apoio à revolta de Gildo, na Mauritània, cuja secessão a favor do Oriente foi travada por Estilício, feito celebrado por Claudiano num dos seus panegíricos. Um dos factos mais interessantes da política externa, devido talvez a Eudóxia, foi o acordo em 402 com o Império Persa, o inimigo tradicional na fronteira oriental, agora sob controlo dos Sassânidas (Altheim s/d 89-141; Greatrex; Lieu 2002 31-61). Arcádio teve cinco filhos, o penúltimo dos quais, nascido em 401, sucedeu ao pai como Teodósio II, reinando juntamente com a irmã Pulquéria até à sua morte em 450. Antémio foi quem realmente governou até 414, iniciando a construção na nova muralha de Constantinopla, reforçando as flotilhas de vigilância do Danúbio e regularizando o abastecimento de víveres à cidade (Bury 1923 212-214).

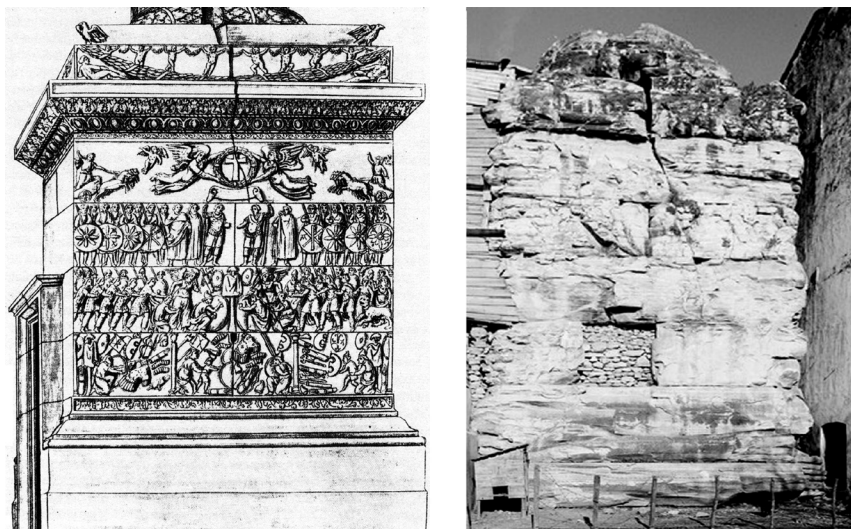


Fig.2 – O pedestal da Coluna de Arcádio, em 1574 e na actualidade (Istambul).

Até aqui temos observado os acontecimentos do reinado de Arcádio, que alguns historiadores situam já no contexto bizantino. Em termos práticos assim podem considerar-se os primeiros tempos da divisão do Império, ainda que sobrevivam elementos de unidade. Consideramo-los um período de transição a caminho da realidade irrecusável e incontornável de dois mundos diferentes: “Ce n'est pas la mort de Théodose, comme l'ont dit souvent, mais plutôt celle de Constantin et la disparition de Julien qui sont à l'origine de ce dualisme, laquelle était d'ailleurs dans la nature des choses et qui ira seulement en s'aggravant au cours du V^e, du fait des conditions économiques, sociales, intellectuelles et politiques” (Palanque 1971 30). Esta verdade explica, em parte, o que vai passar-se no Ocidente, que apenas 15 anos após a morte de Teodósio verá os Bárbaros dentro das muralhas de Roma, mas agora como senhores.

Honório, como imperador, transmite uma imagem ainda pior que a de Arcádio, protagonizando atitudes de imbecilidade e um carácter vingativo, uma espécie de tiranete que apenas inspira aversão. Tal como no Oriente, o poder vai ser exercido por um tutor, Estilício, de origem vândala mas profundamente romanizado, casado com Serena (Fig.3), a sobrinha favorita de Teodósio (Magnani 2002), e que fez desposar sucessivamente as filhas, Maria e Termância, com Honório, sem consequências para a sucessão, pois o imperador não teve filhos e as duas irmãs terão morrido virgens. Estilício era um militar capaz e um político hábil (Hughes 2010), que procurou estender o seu poder ao Oriente, pretendendo que Teodósio o nomeara tutor dos dois imperadores, o que foi contrariado em Constantinopla, provocando dificuldades entre os dois impérios para as quais contribuíram as intrigas cortesãs e raciais, características da época, que duraram até à morte de Estilício

em 408, vítima de uma conspiração cuja razão principal seria a de querer pactuar com o chefe godo Alarico, que já vencera várias vezes na Macedônia e na Itália, mas cujas tropas poderiam ser utilizadas para enfrentar as ameaças que surgiam um pouco por todo o Ocidente, onde começava o abandono de províncias deixadas inermes e um usurpador britânico, Constantino III, se estabelecera na Gália.



Fig.3 – Estilício, Serena e o filho Euquério (Díptico da Catedral de Monza).

O assassinato de Estilício e do filho Euquério foi acompanhado por retaliações em larga escala contra os *foederati* na Itália, que teve como consequência a deserção em massa para o lado gótico, repressão que se alargou a todos os colaboradores próximos. A morte de Arcádio, no mesmo ano, completa o cenário de dificuldades do ano 408, quando os Vândalos e outros bárbaros que com eles entraram na Germânia e na Gália nos finais de 406 se aproximam da Hispânia. Quanto aos Godos, estão finalmente às portas de Roma. Deixaremos para depois o relato do saque da Cidade Eterna, na verdade um acontecimento militar de pouca importância, mas que ecoou pelo mundo que ainda era romano, e seguramente para além dele, como o sinal de tempos novos, ou pelo menos, como epílogo dos anteriores, não tendo faltado na altura émulos de Francis Fukuyama para o justificarem (Fukuyama 1992)².

² Uma atitude vulgar quando se pretende defender uma mudança social decisiva, a partir da utópica criação de um “homem novo” marcando o fim de um ciclo histórico ou civilizacional.

A corte de Ravena, no momento dominada por um tal Eusébio, demonstrou uma total incapacidade para tratar com Alarico, instalado em Óstia desde 409, o que lhe permitia controlar o abastecimento de Roma, onde instala como imperador o prefeito urbano Prisco Átalo, para de seguida o depor numa última tentativa para convencer Ravena a pactuar. Falhadas as negociações, em que participou o próprio Papa Inocêncio, e reforçada pela chegada de algumas tropas enviadas do Oriente a confiança de quem pontificava em Ravena, o destino da cidade decidiu-se. Em 24 de agosto de 410 os Godos entraram em Roma, pilhada durante três dias e onde Alarico aprisionou Gala Placídia, meia-irmã de Honório (Orósio 7.39.15). Gorada a passagem para a Sicília, as tropas godas recuam em direção à Gália, onde acabam por se instalar sob a chefia do sucessor de Alarico, Ataúlfo, que desposa Gala Placídia (Serrano 2006).

Honório preocupou-se mais em legislar contra judeus, pagãos e heréticos que em resolver os problemas militares do Império, invadido de todos os lados e dividido entre usurpadores, entre os quais voltamos a encontrar Átalo, agora na Narbonense, em 414-415. Com dificuldade, o general Constâncio conseguiu estabilizar temporariamente a situação, o que tornou possível a reunião em Arles, para onde foi transferida a capital da diocese das Gálias, de uma assembleia das sete províncias meridionais gaulesas, em 418. Constâncio casou com Gala Placídia, viúva devolvida pelo sucessor de Ataúlfo, sendo nomeado Augusto em 421, uma das poucas decisões corretas de Honório, mas sem consequências, pois Constâncio faleceu nesse mesmo ano. Os Godos estão agora no centro dos acontecimentos, na Gália e na Hispânia, onde as tropas romanas ou assim designadas continuam a sofrer desaires face aos Vândalos (Ward-Perkins 2006 79-84). O Império do Ocidente torna-se rapidamente um império mediterrânico, abandonada a Britânia e outros territórios da fachada atlântica, onde os Francos começam a progredir. Em 423 Honório entra em conflito com Gala Placídia, que se refugia em Constantinopla, talvez para se subtrair ao assédio do imperador (Matthews 1970 79-97). O imperador morre nesse mesmo ano. Dele podemos dizer, como o fez um cronista: “Este imperador, embora nunca tenha tido nenhum sucesso contra os inimigos externos, teve grande sorte na destruição dos usurpadores” (*MGH IX 630*). Talvez para mal de Roma, acrescentamos.

2. Os últimos imperadores do Ocidente

A morte de Honório, sem sucessor, criou uma situação que poderia ter permitido a reunificação do Império Romano, independentemente de todos os problemas que o estabelecimento de diferentes povos bárbaros no interior de um *Limes* agora simbólico e as crescentes diferenças culturais entre as duas partes poderiam suscitar a essa reunificação. Mas deixemos a história alternativa e voltemos à realidade. Na ausência de sucessor o Império devia ter revertido para Teodósio II, e assim teria acontecido provavelmente se não surgissem no

Ocidente dois rivais, o *primicerius notariorum* João e em África o general Bonifácio, aquele proclamando-se Augusto em Roma e este fazendo secessão e retendo a frota do trigo destinado à Itália. Nesta contingência Gala Placídia conseguiu que o filho de Constâncio, então com cinco anos, fosse nomeado César, ascendendo a imperador do Ocidente em 425, como Valentiniano III, depois de uma campanha não isenta de dificuldades e que levou também à submissão de Bonifácio (Lot 1968 220-221).

Valentiniano III reinou até 455 e o seu reinado não diferiu muito do que vinha acontecendo. Gala Placídia governou como regente até 437, mas manteve sempre uma forte posição na corte, onde as mulheres da família imperial vinham ganhando protagonismo, lembrando um pouco o que se passara com a dinastia síria no século III. Valentiniano casou com Eudóxia, filha de Teodósio II em Constantinopla em 437, ano em que se publicou o *Código de Teodósio*, compilação de todas as leis promulgadas desde Constantino (Pharr *et alii* 2008), instrumento que devia ser válido nas duas partes do Império. Todavia, o que parece um ato unificador apenas marcou um momento de separação, pois a partir de então nenhuma lei do Ocidente entrou em vigor no Oriente e muito poucas oriundas de Constantinopla foram enviadas a Ravena para publicação (Palanque 1971 25-27), o que demonstra de forma clara a autêntica separação das duas partes do Império (Honoré 1998 1-32, 190-211). A morte de Teodósio II, em 450, voltou a criar uma situação idêntica, agora de sentido inverso, pois deveria ser Valentiniano III a tomar a iniciativa para resolver o problema da sucessão oriental, o que não sucedeu, pois a irmã do imperador defunto, Pulquéria, casou formalmente com Marciano, um oficial da guarda palaciana, elevando-o assim a imperador (Holum 1989 208-209).

O reinado de Valentiniano III foi marcado por eventos graves e na corte pelo predomínio sempre instável de generais à sombra de Gala Placídia (Fig.4), como Félix, Bonifácio e, sobretudo, Aécio, de 429 a 454. Este último era um brilhante militar, bom conhecedor dos Hunos, que conseguiu êxitos na Gália e na fronteira danubiana, embora observando uma política de limitação de perdas. O seu maior sucesso foi a vitória dos Campos Cataláunicos ou Campos Mauriacos (perto de Châlons-sur-Marne ou Méry-sur-Seine?) contra Átila, em 451, à frente de um exército romano-bárbaro com um importante contingente visigótico (Jordanes *Get.* 191; Altheim s/d 80-88). Apesar de derrotado, Átila voltou à Itália, pretextando que Justa Honória, a irmã de Valentiniano III, lhe oferecera casamento, um episódio rocambolesco ainda pouco esclarecido (Bury 1919 10-12). Seja como for, Átila progride pelo norte da Itália em 452, detendo-se depois de receber uma embaixada na qual a principal figura era o papa Leão Magno. Ignora-se o teor das conversações, mas a verdade é que o huno se retirou, talvez por dificuldades logísticas e com receio de um envolvimento por tropas orientais enviadas por Marciano, passando o Danúbio e morrendo pouco depois, em 453, de forma um tanto obscura (Thompson – Heather 1999 160-164).



Fig.4 – Moeda de ouro (Solidus) de Gala Placidia (RIC X 2012).

As lutas com os Hunos contribuíram para agravar a situação do Império, que sofrera anos antes um golpe esmagador, do qual nunca recuperou e que esteve na origem de outros desastres: a perda de África. Invadida a Hispânia em 409 por Vândalos, Alanos e Suevos, estes sofrerão a partir de 415 a intervenção dos Visigodos, considerados por Honório como estando ao serviço de Roma, conseguindo-se alguma estabilização depois das misérias dos anos anteriores (Serrano 2013 209-220), tão vivamente descritas pelo bispo de *Aquae Flaviae* (Idácio *Chron.* 42-49). Em 426 o rei vândalo Genserico, depois de bater os Suevos, dirige-se para sul, ocupando Sevilha, Cartagena, e as Baleares, preparando-se para passar a África, região considerada como refúgio estratégico contra novos ataques romano-visigodos. Obtidos os meios navais necessários, e na ausência de oposição romana no mar, atravessou o Estreito de Gibraltar, aproveitando o momento da rebelião de Bonifácio, e iniciou uma marcha que o levou até *Hipona* (Annaba), onde, em 430, morre Santo Agostinho. Valentiniano III, incapaz de defender a África, confirma a divisão do território entre Romanos e Vândalos. Em 439 Genserico termina a conquista, com o saque de Cartago. Roma perde o uso do mar, os abastecimentos africanos e os impostos cobrados no território, tudo essencial, mantendo apenas um controlo precário sobre parte da Mauritânia, onde as tribos berberes ganham rapidamente predominância (Romanelli 1959 640-662; Moderán 1998 3052-3059).

Regressemos a Itália, onde naturalmente continuavam as intrigas e as discussões teológicas, enquanto o Império se dissolvia sem remédio. O acontecimento político que prepara a fase de agonia do Império do Ocidente ocorreu pouco depois da retirada de Átila, o assassinato de Aécio por Valentiniano III, apesar dos laços familiares que nesse momento o ligavam ao imperador. O episódio é complicado, não faltando uma história de alcova pelo meio. Sabe-se que uma reunião em Ravena

acabou em discussão, talvez devido a suspeitas de que Aécio desejava proclamar imperador o filho, neto de Valentiniano III, intriga desenvolvida por Petrônio Máximo. Seja como for, Aécio foi morto em 454, deixando o Império numa situação semelhante à que se verificou aquando do assassinato de Estilício. Valentiniano III foi por sua vez assassinado em Roma, em 455, em retaliação pela morte de Aécio, ascendendo ao trono Petrônio Máximo, que para se legitimar casou imediatamente com a viúva do imperador, o que não lhe valeu o reconhecimento de Constantinopla. Doravante, a facção anti-bárbara do senado considerará todos os imperadores seguintes ilegítimos, o que não deixou de facilitar a solução final decidida por Odoacro, em 476. Até esta data definitiva reinarão, em 21 anos, nove imperadores, o que diz tudo sobre o estado do Império do Ocidente.

O reinado do patrício e muito rico Petrônio Máximo foi rápido, 71 dias no total (Czuth 1989 253-258). Consta que a imperatriz Eudóxia pediu auxílio ao rei vândalo Genserico, cujo filho Hunerico deveria desposar a filha de Eudóxia e de Valentiniano, a princesa Eudócia, acordo entretanto anulado por Máximo. Na expectativa de um ataque vândalo enviou à Gália o comandante do exército, a fim de solicitar o apoio de Teodorico II. Mas o socorro não chegou a tempo. Em maio soube-se que a armada vândala velejava para Itália e estabeleceu-se o pânico em Roma. Máximo tentou fugir, mas abandonado por todos foi assassinado por uma multidão que, retomando um velho hábito romano, lançou o cadáver ao Tibre (Bury 1923 324-325; Brandão 2008 133-134). Três dias depois Genserico entrava em Roma, que saqueou durante quinze dias, não fazendo mais estragos devido a intervenção do Papa Leão Magno. Mas desta vez parece que a queda de Roma já não comoveu ninguém.

O imperador seguinte, Epárquio Avito, sogro de Sidónio Apolinário (Mathisen 1979 165-171; Furbetta 2010), foi aclamado com o apoio da aristocracia gaulesa e de Teodorico II, quando se teve conhecimento da morte de Máximo e do saque de Roma, sendo reconhecido pelo imperador do Oriente, Marciano (Mathisen 1981 233-247). Avito conseguiu alguns êxitos militares contra os Vândalos e na Panónia, mas as dificuldades financeiras, que obrigaram a fundir estátuas poupadas pelos Vândalos, e a impossibilidade de recuperar o domínio do mar, fundamental para garantir o abastecimento de Roma, levaram a tumultos, aproveitados pelo *magister militum* Ricímero e por Majoriano para assumirem a oposição a Avito. Este fugiu para a Gália, mas não pôde obter o apoio de Teodorico II, envolvido em campanhas na Hispânia, regressando com um exército de ocasião em 456, acabando por ser derrotado em Placência e obrigado a tomar hábitos sacerdotais. A sua morte é obscura, provavelmente terá sido assassinado.

Majoriano só foi reconhecido por Leão, o sucessor de Marciano, em 458, embora lhe tivesse atribuído no ano anterior o título de *magister militum*, tal como a Ricímero (Max 1979 225-237). É possível que o imperador oriental planeasse reunir o Império, protelando uma decisão, tal como voltaria a fazer com o reconhecimento de Antémio, em 465. Majoriano tinha experiência militar e revelou-se também bom legislador, inclusive contra algumas das prepotências e

práticas lesivas do Estado, vulgares na época. Preocupou-se com a preservação dos monumentos de Roma, tão maltratados nas últimas décadas, procurando travar as destruições injustificadas, facto digno de registo numa época tão afligida por problemas graves (*Novella Maioriani* 4; Pharr 2012 553-554). Majoriano armou duas frotas, provavelmente as de Miseno e Ravena (Sidónio Apolinário *Carm.* 5.441-442), conseguindo vitórias importantes na Campânia e na Sicília sobre a frota vândala, o que foi comemorado por um dos últimos monumentos levantados no *Forum Romanum* (Henning 1996 259-263), reforçando o exército com numerosos auxiliares bárbaros e iniciando as campanhas de recuperação da Hispânia e da África, o seu grande objetivo, depois de ter restabelecido a autoridade imperial na Gália e imposto aos Visigodos um novo tratado como *foederati*.

Na Hispânia as forças romanas ou ao serviço do Império, comandadas por Nepociano e Sunico, conseguiram vitórias sobre os Suevos, perto de Lugo e em Santarém, em 459, enquanto Majoriano avançou pela Tarraconense em 460, entrando em *Caesaraugusta* (Saragoça) com pompa imperial (Colins 2004 32), seguindo para o sul, onde uma esquadra se encontrava concentrada perto de Elche, preparada para a invasão da Mauritânia. Infelizmente os planos do imperador, que podiam ter conduzido a uma significativa recuperação do Império do Ocidente (Fig.5), viram-se gorados por um ato de traição que provocou a destruição da frota (Idácio *Chron.* 200; Courtois 1955 173, 199-201). Majoriano foi obrigado a desistir da operação africana, regressando a Arles, cidade de onde passou à Itália em 461 para ser assassinado perto de Tortona, por iniciativa de Ricímero. Assim desapareceu o último imperador ocidental que se preocupou com a restauração do Estado. Nenhum dos seus colaboradores, Egídio na Gália, Marcelino na Sicília e Ilíria, Nepociano na Hispânia, reconheceram o novo fantoche imperial, Líbio Severo, o mesmo acontecendo com o imperador Leão (Jones 1964 241).

O novo imperador reinará sem governar até 465. Ricímero escolheu-o entre a aristocracia senatorial (Idácio *Chron.* 211), parte da qual estava naturalmente desgostosa com o anterior imperador. Na verdade a área controlada por Ricímero limitava-se à Itália, de novo submetida aos ataques marítimos vândalos, que pretendiam ver no trono outra personagem, Olíbrio. Ainda assim houve alguma colaboração entre as duas partes do Império, principalmente no que respeita à diplomacia com os Vândalos, que detinham a viúva e as filhas de Valentiniano III, uma das quais, Placídia, era noiva ou já casada com Olíbrio. Seja como for, o reinado de Severo não se destacou por nenhuma alteração importante na situação existente (Oost 1970 228-240). A Ilíria passou definitivamente ao Oriente, por ação de Marcelino, e Severo parece ter falecido em 465 por causas naturais.

A sucessão coube agora a Antémio, enviado pelo Império do Oriente. Este era um bom militar, que se distinguiu contra Ostrogodos e Hunos e que poderia ter sido o sucessor de Marciano, não fora o *magister militum* Aspar escolher Leão. Assim, vemo-lo no trono do Ocidente em 467, aceite por Ricímero e reforçando a sua posição através de casamentos, o filho com a filha do imperador Leão, a filha, Alípia, com o próprio Ricímero, o que será celebrado por Sidónio

Apolinário, notável figura deste período (Rutherford 1938). As relações entre os dois impérios foram cordiais, o que permitiu concertar uma política comum perante a ameaça vândala (Idácio *Chron.* 234-236). Infelizmente a grande operação conjunta organizada em 468 para recuperar a África falhou com a destruição da esquadra invasora, impedindo qualquer nova tentativa até Justiniano. Antêmio tentou recuperar alguma autoridade na Gália, mergulhada em grande confusão e onde os Visigodos, que agora controlam também a maior parte da Hispânia, adotam uma política antirromana e anticatólica, como arianos que eram. Antêmio acabou por ser vítima de tais convulsões e também por se acomodar mal às orientações de Ricímero, estalando um conflito definitivo em 472, que terminou com a proclamação de Olíbrio e a morte de Antêmio depois de luta encarniçada no interior de Roma (Cassiodoro *Chron.* 1293).



Fig.5 – O Império do Ocidente durante o governo do imperador Majoriano.

O reinado de Olíbrio foi meteórico, pois faleceu sete meses após a aclamação, em 473, período que assistiu também à morte do famigerado Ricímero.

Com os Visigodos e Francos estimulados pela degradação da situação política e evidente impotência militar de Ravena pouco haveria a esperar dos governantes da cidade dos pântanos. Algumas raras emissões de Olíbrio mostram a legenda *Salus Mundi*, de conotação muito mais religiosa que a habitual *Salus Reipublicae*, o que parece normal para um imperador tido como homem pio e, aparentemente, já sem ilusões sobre o destino final do Ocidente (Lula 2014 7-11). Morto Olíbrio, vemos outro bárbaro, Gondebaldo, filho do rei burgúndio, instalar em Ravena o chefe da guarda imperial (*comes domesticorum*), Glicério, que se mantém até 474, não reconhecido por Constantinopla, que nomeia por sua vez Júlio Nepos, sobrinho de Marcelino. Este invadiu a Itália ocupando Óstia, o que levou Glicério a entregar-se sem resistência, sendo enviado para Salona como bispo desta cidade da Ilíria (Jordanes *Get.* 241; Gusco 1992 168-193), onde viria a ser confessor de Nepos depois de este ser deposto em 475 por Orestes, um aristocrata da Panónia que fora secretário de Átila, nomeado *magister militum praesentalis*. Nepos manteve-se na Dalmácia até 480, como imperador legítimo (Kent 1966 146-150; *PLRE* 1980 777-778), tendo Odoacro cunhado moeda em seu nome, depois de 476, de acordo com Zenão, o novo imperador do Oriente. A parte da Gália controlada por Afrânio Siágrio entre 464 e 486, o chamado Domínio de Soissons, também observou a obediência, mais do que formal, a Nepos, assassinado em 480.

Vejamos então o fim do Império do Ocidente (Jones 1964 238-248; Croke 1982 81-119). Orestes não podia ascender diretamente ao trono, pela sua origem, problema idêntico ao que Ricímero defrontou fazendo e desfazendo imperadores, enquanto Zenão e Basilisco, o grande derrotado da operação contra os Vândalos em 468, envolvidos em luta pelo trono do Oriente, nada fizeram em 475, o que levou Orestes a proclamar o filho, então com 12 anos de idade, como Augusto (Kos 2008 439-449). Este será o último soberano do Império do Ocidente, apesar de não reconhecido por Constantinopla. A situação não durou muito. Em 476, as tropas bárbaras presentes como *foederati*, reclamaram o terço das terras italianas que lhes fora prometido por Orestes, aclamando rei a Odoacro, um militar de obscura origem (Macbain 1983 323-327), que rapidamente venceu e executou Orestes em Placência, a 28 de agosto, tomando depois Ravena e depondo Rómulo Augústulo (Nathan 1992 261-271). Sabemos que a vida de Rómulo foi poupada e que ele foi exilado na Campânia, para o *Castellum Lucullanum*, que parece corresponder ao Castel dell'Ovo, em Nápoles (Jordanes *Get.* 242; Cantarelli 1928 185-190), perdendo-se-lhe o rasto por falta de testemunhos seguros posteriores.

A atitude de Odoacro não deixa de estimular algumas interrogações. Poupar um soberano deposto nem sempre foi a regra na política do século V e o facto de ser jovem nada significa, pois alguns dos pseudo-imperadores desta época eram crianças. Ou o novo homem-forte de Ravena estava confiante do seu poder, nada representando o grupo de partidários sobreviventes do patrício Orestes, ou o apoio claramente expresso da aristocracia senatorial romana, que pedira a

Zenão que reunisse o Império, ao que o imperador respondeu que deviam ter requerido o regresso do imperador legítimo, Júlio Nepos (Halsall 2007 280-282), constituíram garantia de estabilidade suficiente (Jones 1964 245-246). Odoacro compreendeu a resposta imperial e limitou-se a governar formalmente em nome do exilado como *Dux Italiae*, cunhando moeda em seu nome e contentando-se com uma situação que lhe convinha, oficializada por Constantinopla, que lhe concedeu o título de patrício. Após a morte de Nepos, que deve ser considerado o último imperador ocidental (Fig.6), em termos legais, Odoacro anexou a Dalmácia aos seus domínios (Jones 1964 245-246), como já conseguira recuperar a Sicília aos Vândalos, inimigos cujo domínio do mar continuaria particularmente incômodo (Jiménez 2012). Para além de tudo o que se possa dizer em contrário, parece ter sido um governante moderado, mantendo relações corretas com as instituições representantes do passado imperial, o senado e a Igreja (Bury 1923 406-409). Foi morto por Teodorico, rei ostrogodo invasor da Itália por instigação de Zenão, em 493. Estamos agora em plena Antiguidade Tardia ou, para sermos tradicionalistas, nos primórdios da Idade Média.



Fig.6 – Moeda de ouro (Tremissis) de Júlio Nepos (RIC X 3221).

3. Invasões, saques de Roma e barbarização do Ocidente

Traçar um quadro, mesmo breve, das peripécias que marcaram as invasões bárbaras e as suas consequências ultrapassa as possibilidades desta nossa colaboração, pois só o enunciado acima implica três problemas cujo estudo tem produzido incontáveis textos de historiadores, arqueólogos, filósofos, artistas e ideólogos, sem querermos esquecer os escritores e cineastas. Todas estas três questões têm sido analisadas através dos tempos de acordo com a época e, de alguma forma, segundo a sensibilidade de quem delas se ocupava. De divulgada

recepção popular, sobretudo a partir do século XIX, não é difícil encontrar uma apreciação dualista dos acontecimentos, consoante a origem cultural dos investigadores, como acontece presentemente com o debate sobre o que é, ou deve ser, a Antiguidade Tardia (Ward-Perkins 2006 230-244)

O Império Romano viveu sempre rodeado de inimigos declarados ou potenciais, mantidos em respeito por uma fronteira que não se limitava a uma barreira moral, como Andrès Alföldy defendeu em tempos (Alföldy 1952 1-16), mas que era garantida por um forte sistema de fortificações, nos tempos do Baixo-Império sustentado pelos *Limitanei*, criticados pela sua pretendida pouca aptidão para o combate, mas que cumpriram razoavelmente a sua missão. Como veremos, em muitas das situações acontecidas no século V, as fronteiras foram violadas por se encontrarem desguarnecidas, enquanto noutros casos, sobretudo anteriores, o que se verificou foi uma infiltração lenta, do que poderíamos designar como migrantes, um pouco diferente da visão bélica do *Völkerwanderung*, mas não menos pernicioso. É certo que enquanto Roma mostrou força, e referimo-nos a força militar própria, as fronteiras foram preservadas. Não tendo sido nunca um limiar intransponível, as fronteiras imperiais funcionaram, apoiadas no prestígio militar de Roma, antes de se comprar a paz através de subsídios, como uma demonstração de poder que seria inconveniente desafiar, fronteiras cujas fortificações foram projetadas de forma não meramente defensiva (Luttwack 1976 51-194; 2003 80-84).

Diremos que a tarefa do Império do Ocidente em 395 parecia simplificada, embora a perda dos Campos Decumatos tenha criado uma cunha entre o Reno e o Danúbio, incómoda para qualquer estratégia, tanto mais que o valor defensivo dos rios sem suporte militar é quase nulo, como já se verificou tantas vezes na história, mesmo demolindo pontes. Os inimigos no Ocidente eram tribos ou federações de tribos bárbaras, cujos combatentes eram belicosos mas pouco disciplinados, inicialmente incapazes de expugnar cidades muradas defendidas (Ward-Perkins 2006 52-55). Esta situação era semelhante nas fronteiras europeias e africanas e enquanto Roma controlou o mar, também as fronteiras marítimas se mantiveram seguras, apesar dos sobressaltos sentidos no século III, premonitórios de dificuldades maiores (Jiménez 2013 83-102). A situação no Império do Oriente era mais complicada, pois aqui, além dos perigos que se acumulavam para lá do Danúbio, desde logo Godos e Hunos, os primeiros triunfantes na decisiva batalha de Andrianópolis, em 378, que iniciou um período novo na história militar romana (MacDowall; Gerrard 2010; Monteiro 2012 109-140), Constantinopla tinha pela frente, numa fronteira longa e em grande parte aberta, o Império Persa, o único verdadeiro Estado confinante com o Império (Greatrex; Lieu 2002 1-61, 238-246; Dignas; Winter 2007). Mas foi o Império do Ocidente que caiu.

Como já foi dito, as invasões têm duas razões principais: a fome e o medo. São uma espécie de fuga para a frente que, a partir de certo momento, se torna incontrolável (Fig. 7). Quando Teodósio morreu sabia que a situação, embora estabilizada, não era segura, pois o Império, que perdera a capacidade ofensiva,

começava a perder a capacidade defensiva, cada vez mais dependente de mercenários bárbaros, *foederati* ou não. Um dos problemas em aberto era o dos Godos, estabelecidos no Império desde 375, empurrados pela pressão dos Hunos, mas sem que se lhes tivesse definido inicialmente um território para se fixarem, contrariamente ao sucedido com outros povos germânicos no Ocidente, organizados e não assimiláveis, acantonados em regiões fronteiriças devastadas e despovoadas (Riché; Le Maitre 1983 26-28; Ward-Perkins 2006 73-83), depois dos grandes assaltos do século IV. Arcádio, ou melhor, os seus tutores, conseguiram desviar o perigo de Constantinopla para o Ocidente, desviando os Godos para a Ilíria, em teoria pertencente ao Ocidente, mas que interessava a Constantinopla. As consequências serão dramáticas.

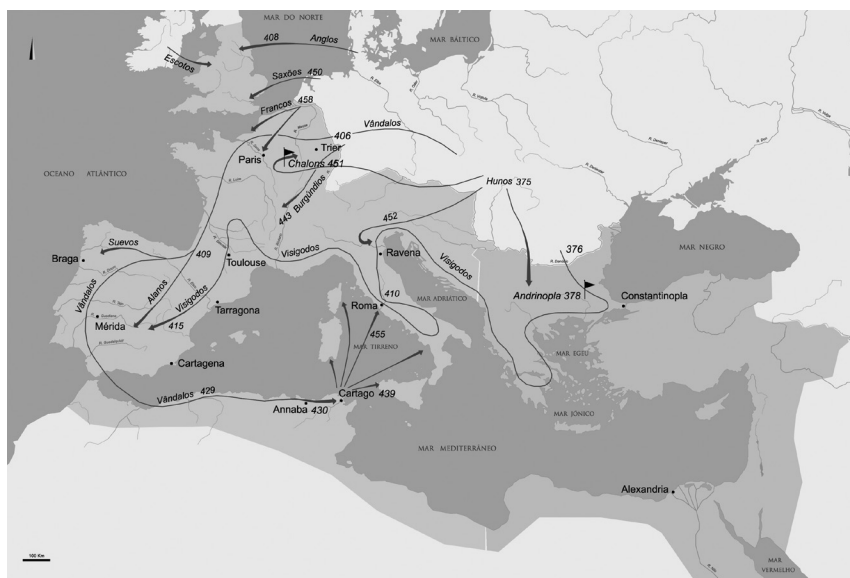


Fig. 7 – O caos: rotas das principais invasões bárbaras no Ocidente durante os séculos IV e V.

O equilíbrio muito instável existente em 395 não sobreviveu à energia gótica e às hesitações romanas, tudo acontecendo com uma rapidez que só pode explicar-se pela existência de uma situação geral gravemente degradada. Podemos afirmar que as lutas que se seguem não opõem Romanos a Bárbaros, pois na verdade se trata de lutas entre forças bárbaras, em parte ao serviço de outros bárbaros ou semi-bárbaros tutores de imperadores ditos romanos. Vejamos então muito rapidamente como se desenrolaram as invasões no século V. Em 401 os Vândalos passam o Danúbio e entram na Récia, preludiando o grande ataque que vão desenvolver em 406, quando, atravessam o Reno no último dia do ano, seguidos por Alanos e Suevoos. Devido à ameaça goda, as forças disponíveis no

Limes da Germânia e na Britânia haviam sido evacuadas para defesa do território italiano, deixando o caminho livre à invasão. Na Gália estabelece-se o pânico, enquanto os Burgúndios atravessam o Reno e incendiam *Augusta Treverorum* (Trier), capital da diocese das Gálias (Fig.8), em 407. No outro lado do Mar do Norte, na Britânia, algumas forças remanescentes e milícias locais conseguem conter os Pictos que atacam a Muralha de Adriano, desguarnecida, enquanto os Escotos, Jutas, Anglos e Saxões chegam por mar. A situação vai levar à aclamação de um usurpador, Constantino III, que passa à Gália, ficando a Britânia inerte a partir de 408, considerando-se perdida cerca de 450, com os diversos invasores estabelecidos (Jones 1998). Parte dos Bretões refugiam-se no continente, na Armórica (Riché; Le Maitre 1983 53-54).



Fig.8 – Ruínas das Termas de Constantino, em Augusta Treverorum (Trier).

Os Godos, chefiados por Alarico, dominam o norte da Itália, onde saqueiam Aquileia. Os invasores são batidos duas vezes por Estilício, que lhes permite a retirada, talvez pelas mesmas razões de política pessoal que levaram Aécio a garantir a retirada dos Hunos depois de derrotados na Gália. Logo a seguir a Itália é atacada pelos Ostrogodos, outro ramo dos Godos (Herwig 1988 24-25), esmagados perto de Florença por Estilício. Mas Alarico volta em força e as intrigas na corte de Ravena vão levar à morte de Estilício, precipitando-se os acontecimentos. Em Agosto de 410 os invasores tomam Roma, saqueando-a, depois de duas investidas anteriores, resolvidas com o pagamento de um

resgate e com a aclamação de Avito (Piganiol 1982 95-99). Falhada a tentativa de passar à Sicília e morto Alarico, os Visigodos dirigem-se à Gália sob a chefia de Ataúlfo, onde acabam por ocupar a Aquitânia e parte da Narbonense, naturalmente com o estatuto de *foederati*, estabelecendo a capital em Toulouse. A Gália sofrera vagas sucessivas de invasores, cuja mobilidade e dispersão foi facilitada pela rede viária romana, invasores que atravessam os Pirenéus em 409, quase sem oposição, estabelecendo-se depois de anos de pilhagens desordenadas como federados. Alanos, Vândalos e Suevos serão em breve atacados pelos Visigodos, nominalmente ao serviço de Roma, os quais tomarão posse da Hispânia gradualmente, aproveitando as oportunidades que a colaboração com Ravena lhes proporcionava.

Da Hispânia sairão os Vândalos, acompanhados pelos sobreviventes de outros grupos, em 429, invadindo a Mauritânia, que vão saqueando em direção a Cartago, cidade que cai em 439 nas mãos do rei vândalo Genserico, o qual passa a controlar o Mediterrâneo ocidental, criando uma situação estratégica e económica insustentável para Ravena, que aplica os seus esforços, erradamente, em restaurar alguma autoridade na Gália (Lot 1968 220-221; Ward-Perkins 2006 63-65). No ano da queda de Cartago ascende a rei dos Hunos uma figura que ficará na história como símbolo da tragédia das invasões, Átila. Em 443 o seu poder é tal que, ameaçando Constantinopla, obriga o imperador a pagar 6000 libras de ouro para conseguir a sua retirada. Com a subida ao trono de Marciano os Hunos encontram oposição mais séria, voltando-se para o Ocidente. Seguindo a rota de invasão pelo Reno, entram na Gália em 451, que vai sofrer de novo tudo o que as invasões costumam produzir, ameaça enfrentada em certas cidades por figuras de exceção, como Santa Genoveva, em *Lutetia* (Paris), na ausência de intervenção das autoridades, acontecendo, como na Itália (Paulino de Nola) ou em África (Santo Agostinho), que a defesa fosse organizada por figuras da Igreja, enquanto nos campos dos grupos armados, opostos aos poderes instituídos, tentavam a sua sorte na Gália e na Hispânia (Riché; Le Maitre 1983 52; Ward-Perkins 2006 65-67).

As forças romanas, chefiadas por Aécio, um romano barbarizado, ao contrário de Estilício, que era um bárbaro romanizado, conseguem deter o avanço huno numa grande batalha cuja localização ainda se discute, com o recurso a tropas bárbaras, com destaque para Visigodos e Burgúndios, derrotando Átila, que pode retirar sem que houvesse qualquer tentativa de exploração do sucesso por Aécio. As forças hunas recompuseram-se na Panónia e em 452 estão no norte da Itália, onde cercam e destroem Aquileia, cujos sobreviventes se estabelecem nas ilhotas onde nascerá Veneza. Ravena e Roma estão em perigo, depois da queda de Milão, e tudo parece perdido perante o avanço imparável destes bárbaros pagãos. O que se passou é um dos enigmas da história, pois Átila deteve-se e recuou para os seus domínios além Danúbio, morrendo pouco depois, o que levou à rápida queda do poderio huno. Se a retirada foi resultado da embaixada do Papa Leão, do resgate pago pelo imperador, do

perigo de um ataque de forças de Constantinopla, de doenças entre os Hunos ou de um caso de superstição, fator não desprezível neste contexto (Altheim s/d 84-85), provavelmente nunca saberemos.

A trégua concedida aos italianos durou pouco e o que Leão Magno conseguiu com Átila não logrou com Genserico, cuja frota atacou a Itália depois da morte de Valentiniano III, em 455. O rei vândalo entrou em Roma, saqueada sem que o Papa desta vez conseguisse mais que o respeito pelas igrejas e a limitação das mortes. Os Vândalos, senhores absolutos do mar, depois da derrota naval no Cabo Bom (Pitassi 2000 311), ocupam a Sicília, a Sardenha e a Córsega, para além das Baleares, o que lhes será reconhecido por Constantinopla em 476. Na Gália a situação também piorou depois da morte de Aécio. Francos Ripuários e Alamanos expandem o seu domínio, apesar de os Francos Sálios respeitarem o acordo que os estabeleceu no atual território belga. Os Burgúndios, convertidos ao catolicismo, vão alargar o seu espaço a partir da *Sapaudia*, aproveitando o convite de alguns notáveis galo-romanos de *Lugdunum* (Lyon), em 458. Repelidos brevemente por Majoriano, em 470 controlam uma área que lhe permite bloquear as vias com a Gália, a Itália e a Germânia.

Terminaremos esta história sumária da dissolução do Império do Ocidente (Fig.9), cujas fronteiras, de há muito desrespeitadas e desmembradas, pouco significavam para povos que haviam compreendido que o poder de Roma, afinal, residia neles próprios, sublinhando a hegemonia visigótica, cujo rei Eurico, entre 466 e 484, alarga o território visigótico em todas as direções, na Gália e na Hispânia. Depois de 476 falta apenas a intervenção dos Ostrogodos na Itália, onde entram em 489, enviados por Zenão, eliminando Odoacro em 493, e a expansão dos Francos Sálios, que vão conquistar a Gália entre 482 e 511 sob a chefia de Clóvis. Estão lançados os alicerces, não tão instáveis como aparentam, da Europa medieval, pelo menos no Ocidente, porque há um Ocidente e um Oriente. No meio dos horrores do século V, que alguns historiadores tendem agora a disfarçar ou minimizar (Ward-Perkins 2006 13-22), e sem minimizar os sofrimentos de outras cidades, e não foram poucas, e lembramos a título de exemplo Trier, saqueada e incendiada em 407, 413, 420 e 428, não podemos deixar de referir os três saques de Roma, para o que voltamos ao início do século.

O saque de uma grande cidade é sempre uma tragédia, infelizmente muito frequente ao longo da história. Se essa cidade tem o prestígio e a força simbólica que Roma tinha no início do século V, o drama multiplica-se, ganhando um impacto desmesurado, como sucedeu em 410 com a Cidade Eterna. Porque uma cidade, mais do que a população, é um corpo moral, uma consciência, uma forma adquirida ao longo dos tempos e evocando esses tempos. O saque de Roma, pouco importante como facto militar, foi uma violação perturbadora, como tal sentida e como tal negada contra toda a evidência. Não deixa de ser significativo que, quer pagãos, quer cristãos, situaram as causas da queda de Roma no campo religioso, fugindo a uma reflexão direta sobre as causas profundas da decadência do Império (Bury 1923 301-307; Ward-Perkins 2006 44-49).

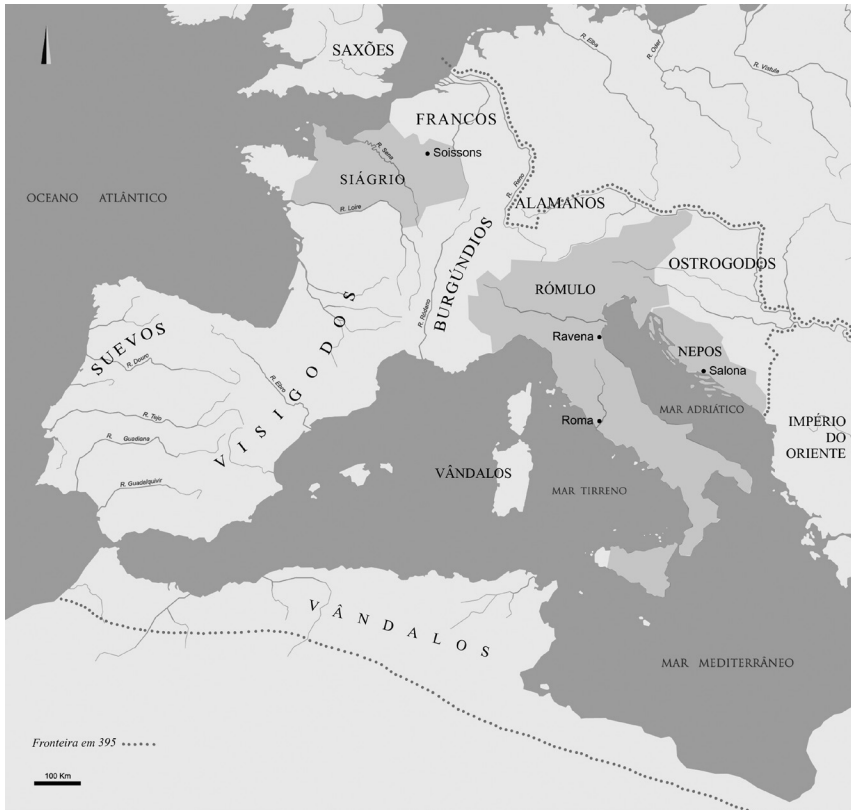


Fig.9 – Fragmentação definitiva do Império do Ocidente em 476.

Detido em 402, o rei Alarico vai voltar a insistir nas suas exigências após a morte de Estilicão, pressionando Honório com a ameaça que faz pesar sobre Roma, o que não parece ter impressionado nada o imperador imbecil e os seus validos. Roma estava protegida por uma impressionante muralha, construída por Aureliano e entretanto reforçada, muro com cerca de 18 quilómetros de extensão, o que exigia uma guarnição numerosa ou, pelo menos, uma população com vontade de se bater. Como é habitual, procurou-se um bode expiatório, passe a expressão, e neste caso foi Serena, a viúva de Estilicão, denunciada como traidora pela versátil Gala Placídia e assassinada. As forças visigodas eram inicialmente reduzidas e Roma poderia ter aguentado se não lhe faltassem provisões. O medo era tal que foi permitido aos pagãos retomar o culto, acabando o Senado por aceitar o pesadíssimo resgate imposto por Alarico, com consequências sobre os grandes da cidade (*Zózimo Hist.* 5.40-41).

A irredutível atitude de Ravena perante as exigências de Alarico levou a novo cerco de Roma, cujo abastecimento foi bloqueado pela ocupação do porto de Óstia.

A solução, desta vez, foi aceitar um imperador criado por Alarico, Átalo, que já participara nas negociações em Ravena e que o Senado, do qual era membro, aceitou. Mais uma vez o bloqueio do envio de cereais para Roma, agora em África, decidiu a questão. Alarico destrona Átalo à vista de Ravena e tenta renegociar com Honório, sem resultado (Heather 2006 226-228). Estultícia ou irrealismo da corte imperial? Tudo vai acontecer rapidamente depois que Alarico entendeu que nada podia esperar de Honório. Em Agosto de 410 o chefe bárbaro está de novo frente a Roma, e desta vez com outras intenções. Cercada a cidade durante poucos dias, alguém franqueou a Porta Salaria, hoje desaparecida (Fig. 10), e os Godos entraram sem dificuldade em Roma (Roberto 2013 109-130).

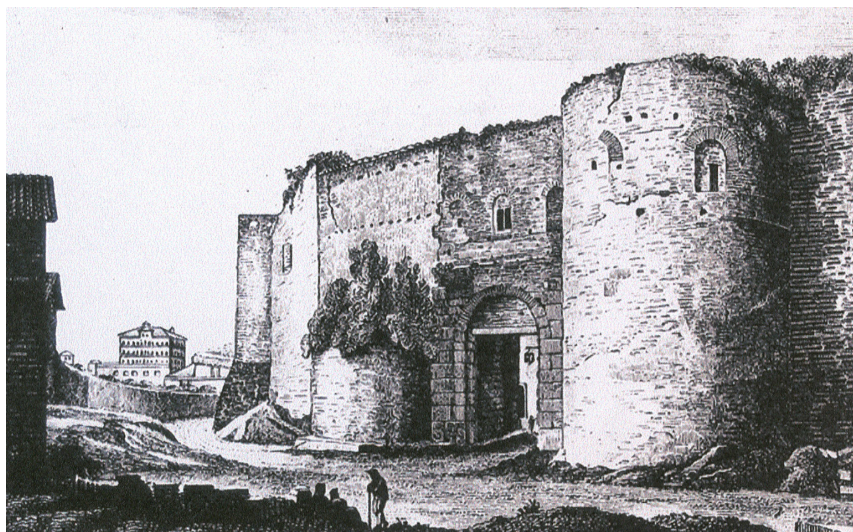


Fig.10 – Gravura de A. Nibby representando a Porta Salaria em 1830.

O historiador Procópio não hesita em identificar uma cristã, Faltónia Proba (Procópio *B.V.1.2.27*), como a responsável pela queda da cidade, talvez com o intuito de poupar a população aos sofrimentos de um cerco prolongado (Goldsworthy 2010 377-381). Seguiram-se três dias de saque, incêndios, violações e mortes, ainda que Alarico tenha ordenado algum respeito pelos lugares santos e pela população, havendo mesmo notícia da devolução de objetos sacros roubados. Apesar de tudo o que se possa dizer, o saque de Roma não foi uma festa para os habitantes, tanto mais que entre os atacantes se contavam muitos escravos fugidos de Roma, difíceis de controlar. Não nos faltam relatos, por exemplo de Santo Agostinho e de São Jerónimo, sobre as condições em que chegavam refugiados a África e à Palestina, nem sempre bem recebidos (Riché; Le Maitre 1983 44), enquanto o que *canon frumentarius* de 419 mostra uma quebra de 62% em relação aos inscritos de 368.

Roma sofrerá no século V mais dois saques: o dos Vândalos (Fig.11), em 455, e o das tropas de Ricímero em 472. Na sequência do assassinato de Valentiniano III e dos meandros da política romana, com estranhas alianças matrimoniais de permeio, o rei Genserico desembarca em Itália e em maio ocupa Óstia. Roma, indefesa, procura atenuar o que se aproxima, recorrendo ao Papa Leão para estabelecer as condições e assim, *sine ferro et igne Roma praedata est*. O saque durou duas semanas, entre 2 e 16 de Junho, e foi conduzido de forma sistemática, mostrando que Alarico deixara muita coisa para trás, como a *Menorah* do Templo de Jerusalém. Até as telhas douradas do templo de Júpiter, no Capitólio, foram levantadas, assim como foram arrastados para África muitos artesãos especializados, materiais importantes e grande número de reféns bem escolhidos (Piganiol 1982 112-114) entre os quais, como vimos, as princesas imperiais, que por lá ficaram até 462. Violências seguramente que as houve, e não terão sido poucas, mas que significado tinha isso em 455? O terceiro saque de Roma verificou-se em 11 de julho 472, no cenário da anarquia civil e militar dos últimos anos do Império do Ocidente (Roberto 2012 9-18), neste caso opondo nominalmente Antémio, um razoável governante mal recebido pela aristocracia italiana por ser grego (!), e Olíbrio, enviado igualmente por Constantinopla. Mas quem se defrontava era Ricímero e o ostrogodo Vidimer (Piganiol 1982 115-116). A luta decorreu no interior da cidade, sobretudo no Palatino e na zona da Ponte Élio, agora de Santo Ângelo. Apesar da resistência, Vidimer e Antémio foram mortos e a soldadesca bárbara de Ricímero e Olíbrio saqueou a cidade à vontade e sem qualquer respeito pela população: “Vieni a vedere la tua Roma che piague / vedova e sola, e di e notte chiama / Cesar mio, perche non m’accompagne?” (Dante 2.6.111-113).



Fig. 11 – Visão romântica do saque de Roma em 455 (K. Briullov, 1836. Galeria Tretyakov, Moscovo).

Que poderemos dizer sobre a barbarização do Império do Ocidente, depois de tudo o que já foi dito? Embora o fenómeno não fosse novo, pois os Bárbaros entraram no Império muito antes do século V, e já no século III vamos encontrar os Alamanos estabelecidos oficialmente nos Campos Decumatos, a verdade é que a emigração bárbara se faz agora com grandes grupos obedecendo aos seus reis, como os talvez 200000 Godos que Valente deixou estabelecer na Mésia, ou os 80000 Vândalos que passaram da Hispânia à África. Encontrar terras disponíveis para estabelecer gente belicosa e com um tipo de vida, não ousamos dizer civilização, tão diferente, não era fácil, e o problema foi resolvido frequentemente da pior maneira, à custa das populações romanas, sobretudo rurais, ainda que por vezes as terras desertadas pelos habitantes, mortos ou fugidos, podiam ser ocupadas sem dificuldades de maior.

Problema grave era o facto de estes Bárbaros se encontrarem estabelecidos dentro do Império para nele ficarem. Misturam-se facilmente com a população rural subsistente, cujo nível de vida miserável facilita a fusão, tanto mais fácil que bárbaros e camponeses são na maioria ainda pagãos, fusão que conduziu ao desenvolvimento das línguas românicas no Ocidente (Riché; Le Maitre 1983 74). Por isso não nos devemos admirar que escravos, camponeses e grupos de revoltados se tenham reunido com frequência aos invasores (Ward-Perkins 2006 67-69). A questão torna-se francamente perigosa quando o recrutamento militar passou a apoiar-se essencialmente em contingentes bárbaros, tribos inteiras com os seus chefes, que assim passaram naturalmente aos quadros superiores do exército romano (Chastagnol 1969 84-85), que controlam completamente no século V. A conversão ao arianismo de grande parte desses povos não facilitou as relações com as cidades, onde com frequência a autoridade residia no episcopado católico, e com o poder imperial, tantas vezes dominado por fanáticos. A pretendida fusão entre Bárbaros e Romanos, que alguns chefes visigodos, por exemplo, desejaram, falhou por várias razões, uma das quais a evidente incompatibilidade entre a cultura bárbara, viva, e a cultura romana das classes superiores, estática. Uma coisa é certa, apesar de os invasores serem uma minoria da população do Império do Ocidente, talvez uns 5% do total (Jones 1964 194-199; Riché; Le Maitre 1983 70-71), não foi possível, para recorrer à velha expressão, romanizá-los, antes pelo contrário, assistimos à barbarização do Império, e isso corresponde a um aspeto da decadência real do mesmo, logo evidente nas províncias abandonadas e não apenas nas mais afastadas da Itália (Ward-Perkins 2006 187-249; Crawford 2011). Cremos que o poema de Verlaine explica muito do que se passou: “Je suis l’Empire à la fin de la décadence, / Qui regarde passer les grands Barbares blancs / En composant des acrostiches indolents” (Verlaine 1884 104).

4. Causas do fim do Império do Ocidente

A discussão das causas da queda do Império Romano do Ocidente, antes de se desenvolverem análises pontuais, tão numerosas são as hipóteses disponíveis que

podem fazer perder a perspectiva do que é essencial (Demandt 1984 695), centra-se em duas abordagens antagónicas dos acontecimentos. Uma, opondo os defensores da ideia de que o Império, transformado, poderia continuar a existir, como sucedeu no Oriente (Goffart 1989), aos que defendem que essa transformação não foi mais que um processo de decadência, de impossível recuperação; outra, confrontando os que apontam causas internas para a *inclinatio imperii* com os que defendem terem sido causas externas, especificamente as invasões bárbaras, as que levaram ao fim do Império e, por extensão, da civilização. Devemos ter em conta, sem dúvida, estas duas posições, ambas assentes numa multiplicidade de factos que, de uma ou de outra forma contribuíram para o desfecho final. Talvez, no fundo, a grande questão não consista em estabelecer as causas da queda do Império do Ocidente mas sim a de perceber como sobreviveu o Império do Oriente. Cremos, francamente, que os dois fenómenos estão intimamente relacionados. Quando a crise se revela definitiva, com a chegada dos Godos a Itália, muita coisa acontecera para que tal fosse possível. Como tivemos oportunidade de viver a morte de um império e de observar a de outros nos nossos dias, não duvidamos que, também no caso romano, as duas dinâmicas tiveram influência no desfecho final.

A ideologia imperial mudara radicalmente a partir do século III, o mesmo se passando com os que agora são súbditos de um Estado totalitário, governado por um imperador sacralizado (Fig.12), e já não cidadãos. Esta realidade torna-se dominante no século IV, com a ascensão política do Cristianismo (Dias 2013 43-64), que muitos consideram uma das causas principais da queda de Roma. Seja como for, a verdade é que, afinal, a ideia horaciana expressa na frase *Graecia capta ferum victorem* (Horácio *Epist.* 2.1.156), não se revelou definitiva, pois foi o Oriente semita que acabou por triunfar, desenvolvendo contradições internas que se revelaram intransponíveis, ao ponto de a decadência de Roma ter sido apresentada, e por muito bons espíritos, como uma espécie de ordálio punitivo (Lactâncio *Inst.* 7.15-16; Símaco *Rel.* 3.4-14). Pode parecer que as modificações ideológicas, mesmo as menos aparentes, não expliquem acontecimentos tão graves como os do século V ocidental, mas tal seria esquecer que o pensamento procede e determina sempre a ação, ou a inércia fantasista, e que o multiculturalismo, que não conseguiu integrar os Bárbaros, pode conduzir a desastres irreversíveis.

Na verdade não cremos que se possa apontar apenas uma causa para a queda do Império do Ocidente (Jones 1964 1025-1064). O fator militar foi, sem dúvida, dos mais importantes, pois qualquer sociedade, mesmo autocrática, desde que bem defendida pode aguentar pressões extremas. O exército romano do Ocidente parece uma força impressionante nos inícios do século V se tivermos em conta as unidades inseridas na ordem de batalha da *Notitia Dignitatum*, documento atualizado cerca de 420 para o Ocidente (Seeck 1876). Não esqueçamos que muitas dessas unidades já não existiam, como a *Legio VII Gemina* na Hispânia (Le Roux 1982 388-390, 399-401), e que os efetivos por cada legião eram agora de cerca de 1000 homens, contra os 5000 anteriores (Jones 1964 196). O afastamento da

aristocracia do serviço militar, a partir dos Severos, e a massificação da cidadania também no mesmo período (Molina 2007), eliminando um dos grandes meios de promoção cívica e transformando pseudo-cidadãos numa multidão de contribuintes para os quais a frequência das termas e dos circos é mais importante que a do fórum, pesaram largamente no processo (Lot 1968 181-193).



Fig.12 – Estátua colossal de um imperador, de controversa identificação, talvez Teodósio II, proveniente de Ravena (Barletta, Itália).

Perdido o espírito cívico e o espírito militar, bases centenárias do poder romano, aos quais podemos acrescentar, porque diretamente relacionada com estes, a religião tradicional, é natural que o mundo romano delegasse nos contingentes bárbaros a sua defesa e que o conceito em que assentava o ideal romano saia ferido do confronto com as novas ideias, tanto mais que, quer entre pagãos, quer entre cristãos, parece haver uma clara recusa de responsabilidades, quase uma fuga (Mantas 2013 137-138), fenómeno que talvez possamos identificar nos primórdios da República de San Marino. O recurso a tropas mercenárias implica outro problema, pois são caras e pouco fiéis quando não pagas a tempo e horas, o que as periclitantes finanças do Império do Ocidente, apesar de um sistema fiscal extorsionário (Petit 1974 160-171), agravado por isenções absurdas e legados insensatos, o que em parte suscitou a rude crítica de Gibbon ao desenvolvimento do monaquismo (Gibbon 1906 156-179; Piganiol

1982 79-82), nem sempre permitiam, com as inevitáveis consequências. A crise financeira conduz, como sempre, a tensões sociais, oficializadas na lei pela distinção entre *Honestiores* e *Humiliores* e refletidas no funcionamento de uma economia dupla, definida pelos padrões ouro, para os ricos, e cobre, sempre em desvalorização, para os pobres (Palanque 1971 77-90).

A brutalidade das diferenças sociais, ainda que num ou noutro ponto amenizada por alguma legislação de inspiração cristã, não contribuiu para a paz interna tão necessária ao Império, alimentando e alimentando-se das oposições permanentes desenvolvidas ao longo do século, inclusive de ordem religiosa. Um dos fenómenos sociais que marcaram o Baixo-Império foi o dos Bagaudas, grupos de revoltosos englobando marginais que se desenvolveram na Gália e na Hispânia e cuja atividade subsiste até ao século V, sem que possam ser considerados como simples bandoleiros, parecendo em certas ocasiões resultar da reação das populações abandonadas pelo poder central (Léon 1996; Ward-Perkins 2006 66-69), preludiando o desenvolvimento de tendências autonomistas, que a própria assembleia das sete províncias gaulesas em 418 parece ter reconhecido. Neste cenário de misérias repetidas não nos devemos admirar da adesão que muitas populações empobrecidas e desprotegidas demonstraram para com os Bárbaros, oportunamente valorizada pelos historiadores do Leste (Diakov s/d 453-455; Kovaliov 2007 825-840). Uma obra recente de Adrian Goldsworthy considera que a queda do Império foi provocada pelo permanente caos político e guerras civis que o abalaram desde o século III, o que naturalmente é verdade, pois abalou a capacidade militar, económica e moral de resistência aos inimigos externos (Goldsworthy 2010 519-528), que como vimos era diminuída no século V. Todavia, estas guerras civis e toda a anarquia que se desenvolveu em torno delas, resultam essencialmente de aspetos de ordem cívica, tornada incapaz de responder, como expressão da vontade de uma comunidade, às pressões do interior e do exterior. Já Ward-Perkins, sem deixar de considerar outros aspetos, considera o fim do Império do Ocidente uma questão duplamente militar e financeira, resultante do predomínio do mercenariado bárbaro e da impossibilidade evidente de subsidiar o sistema a partir do início das invasões (Ward-Perkins 2006 83-84, 176-177).

Se considerarmos o significativo défice que a manutenção das forças militares estacionadas no Ocidente já acusava no século II, não teremos dificuldade em admitir o aspeto financeiro como decisivo (McLaughlin 2014 230-231). Tudo isto leva a considerar que os fatores que conduziram aos acontecimentos de 476 se desenvolveram gradualmente, como um processo complexo de declínio, se pretendermos que os objetivos e os sentimentos do Império do Ocidente se mantinham inalterados. Não cremos que assim fosse e o que uma análise dos acontecimentos e dos padrões de vida e de comportamento do século V mostra é que a transformação foi para pior, e a isso só podemos chamar decadência, geradora de impotência. Os impérios sem força, débeis de espírito e falhos de ação, não sobrevivem. A perda do espírito castrense, fundamento da cidadania, e a quase

“privatização” da defesa militar através do recurso a elementos não romanos, contratados pelo Estado, parece-nos a causa imediata da queda do Ocidente.

Talvez Amiano Marcelino, muitos séculos antes de Verlaine e ainda antes das tragédias irreversíveis do século V, tenha sintetizado bem o que se passava no Império quando escreveu que Roma, envelhecida, aspirava ao repouso (Amm. 14.6.5), o que, se soa a toque de retirada de um Estado, mais ainda parece o toque de finados de uma civilização. Que o enorme legado histórico e cultural do mundo romano, agora sujeito a não poucas críticas (Hingley 1996 35-48), legado bem mais importante que as misérias e as histórias menos exemplares que o acompanham (Grant 1967 343-344; Grimal 2012 309-314), sirva de estímulo e de permanente inspiração ao mundo contemporâneo (Pereira 2015), tão necessitado de reflexões sobre crise e decadência, se quisermos conter as tempestades do presente, por vezes assustadoramente semelhantes às que se apresentaram aos Romanos do século V. A permanência intemporal de Roma como modelo a retomar, mais do que mero ato de melancolia política garante que a Romanidade, com os seus triunfos e desaires, se manteve como escola e farol de caminhos nem sempre claros, e assim continuará. Porque caiu Roma? Esperemos que os historiadores do futuro não tenham que responder a esta pergunta sobre a nossa própria civilização com argumentos idênticos aos invocados no caso romano (Mantas 2012 47-73), o que nos parece cada vez mais dolorosamente improvável quando assistimos à recente destruição de Palmira³.

Tábua Cronológica

- 378 – Os Godos esmagam o exército romano na Batalha de Adrianópolis.
- 384 – Polêmica sobre o Altar da Vitória.
- 394 – Teodósio I proíbe os Jogos Olímpicos. Supressão do culto de Vesta.
- 395 – Morte de Teodósio I. Arcádio imperador do Oriente. Honório imperador do Ocidente.
- 401 – Os Godos no Norte de Itália.
- 402 – Honório instala a corte imperial em Ravena.
- 406 – Vândalos, Alanos e Suevos atravessam em força o Reno, invadindo a Germânia e a Gália.
- 407 – Os Burgúndios atravessam o Reno e saqueiam *Augusta Treverorum* (Trier).
- 408 – Assassinato de Estilício. Morte de Arcádio. Teodósio II imperador do Oriente.
- 414 – Termina no Oriente a notável regência de Antémio.
- 409 – Alanos, Vândalos e Suevos penetram na Hispânia. Os Saxões e outros invadem a Britânia pelo mar.
- 410 – Átalo proclamado imperador por Alarico. Saque de Roma.
- 415 – Os Visigodos na Hispânia.
- 417 – Rutílio Namaciano redige *De Reditu Suo*.
- 423 – Morte de Honório.
- 425 – Valentiniano III imperador após a regência de Gala Placídia.

³ Assistir à destruição deliberada de ruínas que sobreviveram quase intocadas pelas vicissitudes políticas e culturais da região durante dois milénios representa um golpe terrível e, mais do que isso, a confissão de absoluto falhanço de uma sociedade timorata, embalada em fantasias subjetivas e incapaz de assumir as medidas drásticas que a situação exige, confirmada a inutilidade de certas instâncias internacionais. A tragédia de Palmira marca, definitivamente, este *lacrimabile tempus*.

- 427 – Santo Agostinho termina a sua obra *De Civitate Dei*.
 429 – Os Vândalos passam da Hispânia a África.
 430 – Morte de Santo Agostinho em *Hipona* (Annaba), cercada pelos Vândalos.
 435 – Intensa agitação dos Bagaudas na Gália.
 437 – Código de Teodósio, iniciativa de Teodósio II e de Valentiniano III.
 439 – Os Vândalos tomam Cartago e controlam o Mediterrâneo ocidental.
 442 – Evacuação definitiva da Britânia.
 450 – Morte de Gala Placídia.
 451 – Concílio Ecuménico de Calcedónia. Aécio derrota os Hunos na Batalha dos Campos Cataláunicos.
 452 – Átila destrói Aquileia, retrocedendo depois na sua marcha sobre Roma.
 455 – Morte de Aécio. Morte de Valentiniano III. Petrónio Máximo imperador. Saque de Roma por Genserico. Avito imperador, apoiado pelos Visigodos.
 456 – Majoriano imperador. Tentativas de recuperação da Hispânia e da África. Ricímero ascende a *Magister Militum*.
 461 – Líbio Severo imperador.
 467 – Antémio imperador.
 468 – Os Vândalos derrotam as forças navais imperiais no Cabo Bon, Tunísia.
 469 – Expansão visigótica na Hispânia.
 472 – Olíbrio imperador. Saque de Roma pelas tropas de Ricímero ao serviço de Glicério.
 473 – Glicério imperador. Morte de Ricímero.
 474 – Júlio Nepos imperador.
 475 – Orestes proclama imperador o filho, Rómulo Augústulo.
 476 – Odoacro derrota Orestes e exila Rómulo Augústulo.
 480 – Morte de Júlio Nepos, último imperador reconhecido pelo Império do Oriente.
 486 – Os Francos anexam o território galo-romano controlado por Siágrio.
 493 – Morte de Odoacro. O chefe ostrogodo Teodorico proclama-se rei da Itália.
 494 – Supressão das Luperciais.

Bibliografia

Fontes Antigas e Medievais

- Amiano Marcelino, *Ammien Marcellin. Histoire, Livres XIV-XVI*, E. Galletier; J. Fontaine, eds. (1968). Paris, Les Belles Lettres.
 Cassiodoro, *Cassiodorus Chronica: Text, Chronography and Sources*, M. Klaassen, trad. (2011). Ann Arbor, UMI Dissertation Publishing.
 Cícero, *Tratado da República*, F. de Oliveira, trad. (2008). Lisboa, Círculo de Leitores.
 Hidácio, *Hydace. Chronique*, 1-2, A. Tranoy, trad. (1974). Paris, Les Éditions du Cerf.
 Horácio, *Épîtres*, F. Villeneuve, ed. (¹2014). Paris, Les Belles Lettres.
 Jordanes, *The Gothic History of Jordanes*, Ch. Mierow, trad. (²2006). Merchantville (NJ), Evolution Publishing.
 Lactância, *Lactantius. The Divine Institutes*, 1-7, M. F. McDonald, trad. (1964). Washington, Catholic University of America Press.
 MGH = *Monumenta Germaniae Historica. Auctorum antiquissimorum*, 9, Th. Mommsen, ed. (1892). Berlin, Weidmann.
Notitia Dignitatum omnium tam civilium quam militarium, O. Seeck, ed. (1876). Berlin, Weidmann.
 Orósio, *Paulo Orósio. História contra os pagãos*, J. Cardoso, trad. (1986). Braga, Universidade do Minho.
 PLRE = *The Prosopography of the Late Roman Empire*, 2, R. Martindale et alii, eds. (1980). Cambridge, Cambridge University Press.
 Procópio, *Procopius*, 2, H. B. Dewing, trad. (1914). Londres, William Heinemann.
 RIC = *Roman Imperial Coinage*, 10, J. P. Kent; R. G. Carson (1994). Londres, Spink and Son.

- Salviano, “Salviani Presbiterij Massiliensis Opera Omnia”, *Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum*, 8, F. Pauly, ed. (1883). Viena, Hoelder - Pichler - Tempsky.
- Sidónio Apolinário, *Sidoine Apollinaire. Poèmes*, A. Loyen, trad. (1961). Paris, Les Belles Lettres.
- Símaco, *Quinto Aurelio Símaco. Informes. Discursos*, J. A. Valdés, trad. (2003). Madrid, Editorial Gredos.
- The Theodosian Code and Novels and the Sirmodian Constitution*, C. Pharr et alii, eds. (1902/2008). Clark, The Lawbook Exchange.
- Zóximo, *Histoire Nouvelle*, 1-3, F. Paschoud, trad. (1979-1989). Paris, Les Belles Lettres.

Estudos e obras literárias

- Altheim, F. (s/d), *A Ásia a caminho da Europa*. Lisboa, Livros do Brasil.
- Álföldy, A. (1952), “The Moral Barrier on Rhine and Danube” in E. Birley, ed *Third Congress of Roman Frontier Studies*. Durham, The University 1-16.
- Bury, J. B. (1919), “Justa Grata Honoria”, *JRS* 9 1-13.
- _____ (1923), *History of the Later Roman Empire from the Death of Theodosius to the Death of Justinian*, 1. Londres, Macmillan.
- _____ (2008), “Tirano ao Tibre. Estereótipos de tirania nas *Vidas dos Césares* de Suetónio”, *Humanitas* 60 115-137.
- Cameron, A. (1969), “Theodosius the Great and the Regency of Stilicho”, *Harvard Studies in Classical Philology* 73 247-280.
- _____ – Long, J. (1993), *Barbarians and Politics at the Court of Arcadius*. Berkeley, University of California Press.
- Cantarelli, L. (1928), “L'ultimo rifugio di Romulo Augustolo”, *Historia* 2 185-190.
- Chastagnol, A. (1969), *Le Bas-Empire*. Paris, Armand Colin.
- Colins, R. (2004), *Visigothic Spain. 409-711*. Oxford, Blackwell.
- Courtois, Chr. (1955), *Les Vandales et l'Afrique*. Argel - Paris, Gouvernement Générale de l'Algérie.
- Crawford, S. (2011), *Anglo-Saxon England*. Oxford, Bloomsbury Publishing.
- Croke, B. (1982), “A.D. 476. The Manufacturing of a Turning Point”, *Chiron* 13 81-119.
- Czuth, B. (1989), “Petronius Maximus. Kaiser der italischen Senatorenaristokratie (455)”, *Oikoumene* 4 253-258.
- Dante (2006), *La Divina Commedia: testo critico della Società Dantesca Italiana*. Milão, Ulrico Hoepli.
- Drake, H. A. (1996), “Lambs into Lions: explaining early Christian intolerance”, *Past and Present* 153 3-36.
- Diakov, V. (s/d), *História de Roma*. Lisboa, Arcádia.
- Dias, P. B. (2013), “Cristianismo e responsabilidade cristã na queda de Roma” in F. Oliveira et alii, eds., *A Queda de Roma e o Alvorecer da Europa*. Coimbra, Imprensa da Universidade 43-64.
- Demandt, A. (1984), *Der Fall Roms: Die Auflösung der römischen Reiches im Urteil der Nachwelt*. Munique, C. H. Beck.
- Dignas B. – Winter, E. (2007), *Rome and Persia in Late Antiquity. Neighbours and Rivals*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Friell, G. – Williams, S. (1994), *Theodosius: The Empire at Bay*. Londres, Batsford.
- Furbetta, L. (2010), *Sidonio Apollinare e l'imperatore Eparchio Avito. Testo, traduzione e commento dei carmi 6, 7 e 8*. Roma, La Sapienza.
- Fukuyama, F. (1992), *O fim da história e o último homem*. Lisboa, Gradiva.
- Gibbon, E. (1906), *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (J. B. Bury ed.), 6. Nova Iorque, Fred de Fau.
- Goffart, W. (1989), *Rome's Fall and After*. Londres, Hambledon Press.
- Goldsworthy, A. (2010), *O fim do Império Romano*. Lisboa, Esfera dos Livros.
- Gusso, M. (1992), “Sull'imperatore Glycerio”, *Studia et Documenta Historicae et Iuris* 58 169-193.
- Grimal, P. (2012), *A civilização romana*. Lisboa, Edições 70.
- Grant, M. (1967), *O mundo de Roma*. Lisboa, Arcádia.
- Greatrex, G. – Lieu, S. (2002), *The Roman Eastern Frontier and the Persian Wars*, 2. Londres-Nova Iorque, Routledge.

- Grabar, A. (2002), *La iconoclastia bizantina*. Madrid, Akal.
- Halsall, G. (2007), *Barbarians Migrations and the Roman West, 376-568*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Heather, P. (2006), *The Fall of the Roman Empire. A new history of Rome and the Barbarians*. Oxford, Oxford University Press.
- Henning, D. (1996), "CIL VI 32005 und die Rostra Vandalica", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 110 259-264.
- Herwig, W. (1988), *History of the Goths*. Berkeley, University of California Press.
- Hindley, R. (1996), The "legacy" of Rome: the rise, decline and fall of the Theory of Romanization" in J. Webster; N. Cooper (eds.), *Roman Imperialism: post-colonial perspectives*. Leicester, University of Leicester 35-48.
- Holum, K. (1989), *Theodosian Empresses. Women and Imperial Dominion in Late Antiquity*. Berkeley, University of California Press.
- Honoré, T. (1998), *Law in the Crisis of Empire 379-455 AD*. Oxford, Clarendon Press.
- Hughes, I. (2010), *Stilicho: the Vandal who saves Rome*. Barnsley, Pen & Sword.
- Jones, A. H. M. (1964), *The Later Roman Empire 284-602: a Social, Economic and Administrative Survey*, 1-3. Oxford, Blackwell.
- Jones, M. (1998), *The End of Roman Britain*. Ithaca-Londres, Cornell University Press.
- Jiménez, D. A. (2012), "Las últimas piraterías vándalas", *Habis* 42 275-289.
- Jiménez, D. A. (2013), "La otra ruptura del Limes en 406. La piratería en las provincias occidentales del Imperio" in F. Oliveira et alii (eds.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 83-102.
- Kent, J. (1966), "Julius Nepos and the Fall of the Western Empire" in R. Swoboda-Milenović (ed.), *Corolla Numismatica Memoriae Erich Swoboda Dedicata, Römische Forschung in Niederösterreich* 5 Graz 146-150.
- Konrad, Ch. B. (2001), "Beobachtungen zur Architektur und Stellung des Säulenmonuments in Istanbul-Cerrahpasa. Arkadiossäule", *Istanbuler Mitteilungen* 51 319-401.
- Kos, M. S. (2008), "The family of Romulus Augustulus" in P. Mauritsch et alii (eds.), *Antike Lebenswelten. Festschrift für Ingomar Weiler*. Wiesbaden, Harrassowitz Verlag 439-449.
- Kovaliov, S. I. (2007), *Historia de Roma*. Madrid, Akal.
- Lot, F. (1968), *La fin du monde Antique et le début du Moyen Âge*. Paris, Albin Michel.
- Léon, J. S. (1996), *Los bagaudas: rebeldes, demonios, mártires. Revueltas campesinas en Galia e Hispania durante el Bajo Imperio*. Jaén, Universidad de Jaén.
- Le Roux, P. (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Bordéus - Paris, Publications du Centre Pierre Paris.
- Lula, R. (2014), "Anício Olybrio: un imperatore da riscoprire", *Panorama Numismatico*. 12 7-11.
- Luttwack, E. (1976), *The Grand Strategy of the Roman Empire: From the First Century A.D. to the Third*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- Luttwack, E. (2003), *Strategy: The Logic of War in Peace*. Cambridge (Mass), Harvard University Press.
- Mantas, V. G. (2012), "O legado histórico romano e a crise do Ocidente contemporâneo", *Biblos* 10 47-73.
- Mantas, V. G. (2013), "O mundo romano no dealbar do século V" in F. Oliveira et alii (eds.), *A Queda de Roma e o Alvorecer da Europa*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra 117-152.
- Macbain, B. (1983), "Odovacer the Hun?", *Classical Philology*. 78 (4) 323-327.
- MacDowall, S.; Gerard, H. (2010), *Adrianópolis 378 d.C. Os Godos aniquilam o Império*. Barcelona, Osprey Publishing.
- Max, G. (1979), "Political intrigue during the Reigns of the Western Emperors Avitus and Majorian", *Historia* 28 225-237.
- McEvoy, M. A. (2013), *Child Emperor Rule in the Late Roman West AD 367-455*. Oxford, Oxford University Press.
- Marteli, F. (1981), "Onorio, Ravenna e la presa di Roma del 410", *Rivista Storica dell'Antichità* 11 215-219.
- Magnani, A. (2002), *Serena: l'ultima romana*. Milão, Jaca Book.
- Matthews, J. F. (1970), "Olympiodorus of Thebe and the History of the West (AD 407-425)", *Journal of Roman Studies* 60 79-97.
- Modéran, Y. (1998), "Genseric" in *Encyclopédie Berbère* 20. Aix-en-Provence, IREMAM 3052-3059.
- Mathisen, R. (1979), "Sidonius on the Reign of Avitus: A Study in Political Prudence", *Transactions of the American Philological Association* 109 165-171.

- Mathiesen, R. (1981), "A vitus, Italy and the East in A.D. 455-456", *Byzantion* 51 233-247.
- Molina, A. B. (2007), *Orbe romano e imperio global. La romanización desde Augusto a Caracalla*. Santiago do Chile, Editorial Universitaria.
- McLaughlin, R. (2014), *The Roman Empire and the Indian Ocean: the Ancient World Economy and the Kingdoms of Africa, Arabia and India*. Barnsley, Pen & Sword.
- Monteiro, J. G. (2012), *Grandes conflitos da história da Europa: de Alexandre a Guilherme "O Conquistador"*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Nathan, G. (1992), "The Last Emperor: The fate of Romulus Augustulus", *Classica et Mediaevalia* 43 261-271.
- Nixey, C. (2018), *A chegada das trevas. Como os cristãos destruíram o mundo clássico*. Lisboa, Editora Desassossego.
- Oost, S. (1970), "D.N. Libius Severus P. F. Aug.", *Classical Philology* 65 228-240.
- Petit, P. (1974), *Histoire générale de l'Empire romain*, 3, *Le Bas-Empire*. Paris, Seuil.
- Pereira, V. S. (2013), "Crónica de uma morte anunciada: a queda de Roma", in F. Oliveira et alii eds, *A Queda de Roma e o Alvorecer da Europa*. Coimbra, Imprensa da Universidade 11-26.
- Palanque, J.-R. (1971), *Le Bas-Empire*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Pereira, M. H. da Rocha (2015), *Estudos sobre Roma Antiga, a Europa e o Legado Clássico*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Piganiol, A. (?1982), *La chute de l'Empire romain*. Verviers, Marabout.
- Pitassi, M. (2009), *The Navies of Rome*. Woodbridge, Boydell Press.
- Rémondon, R. (1970), *La crise de l'Empire romain*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Riché, P. – Le Maitre, Ph. (?1983), *Les invasions barbares*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Romanelli, P. (1959), *Storia delle province romane dell'Africa*. Roma, L'Erma di Bretschneider.
- Roberto, U. (2012), "Il terzo sacco di Roma e il destino dell'Occidente (Iuglio 472)" in C. Ebanista – M. Rotili coords., *La Transformazione del Mondo Romano*. Nápoles, Università di Napoli 9-18.
- Roberto, U. (2013), "Alarico e il sacco di Roma nelle fonti dell'Oriente romano" in H. Harich-Schwarzbauer – K. Pollman, eds, *Der Fall Roms und seine Wiederauferstehungen in Antike und Mittelalter*. Berlin-Boston, De Gruyter 109-130.
- Rutherford, H. (1938), *Sidonius Appolinaris, l'homme politique, l'écrivain, l'évêque: Étude d'une figure gallo-romaine du V^e siècle*. Clermont-Ferrand, J. de Bussac.
- Schwartz, D.; Zhewen, L. (?2001), *The Great Wall of China*. Londres, Thames & Hudson.
- Serrano, R. S. (2006), *Gala Placidia (ca. 389-ca. 450)*. Madrid, Editorial Orto.
- Serrano, R. S. (2013), "Las migraciones bárbaras en la Península Ibérica en el siglo V d.C." in F. Oliveira et alii coords., *A Queda de Roma e o Alvorecer da Europa*. Coimbra, Imprensa da Universidade 209-228.
- Thompson, E. A. – Heather, P. (1999), *The Huns*. Oxford, Wiley Blackwell.
- Verlaine, P. (1884), "Langueur", *Jadis et Naguère*. Paris, Léon Vanier 104.
- Wallbank, F. W. (1969), *The Awful Revolution. The Decline of the Roman Empire in the West*. Liverpool, Liverpool University Press.
- Ward-Perkins, B. (2006), *A queda de Roma e o fim da civilização*. Lisboa, Alêtheia Editores.